

Juliana Rímoli Oliveira



**A educação para as mulheres durante a transição
do século XIX para o XX como resultado do
aburguesamento da sociedade.**

Monografia a ser entregue à disciplina
ATV-20 – Atividade Complementar:
Monografia, para obtenção de título de
Bacharel em História, sob a orientação
do professor Dr. Francisco Moura.

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Mariana - 2008

Juliana Rímoli Oliveira



**A educação para as mulheres durante a transição
do século XIX para o XX como resultado do
aburguesamento da sociedade.**

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Federal de Ouro
Preto como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em História

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Mariana - 2008**

Agradecimentos

**À flor do meu sertão pernambucano, que
tão cedo me deixou, mas que continua
perfumando meu caminho.**

Resumo

Data do século XIX a primeira lei de ensino no Brasil que estendia o direito à educação pública aos cidadãos brasileiros. Educação que serviria, em suma, para formar cidadãos para a República nascente, cidadãos com moralidade e ética. Para as mulheres esse foi o primeiro passo de uma luta que até hoje não terminou. O avanço da educação feminina assim se complementa com o ideário de uma nova nação que tem suas raízes firmadas nas mudanças ocorridas na sociedade graças a chegada da modernização. Desta forma o que se busca provar neste trabalho é o quanto o ideário republicano considerava o letramento e a instrução como quesitos importantes para a modernização de nosso país, e de que forma isso influenciou e foi influenciado pelo processo de aburguesamento da sociedade.

Sumário

I. Introdução	6
II. Fontes sobre educação e gênero	11
III. Movimentos femininos	21
IV. O Brasil de poucos	32
V. Educação para meninas no Brasil	42
VI. O ideário republicano	51
VII. Conclusão	55
VIII. Referencial Bibliográfico	58

I. Introdução

Podemos perceber nos dias atuais uma forte atuação feminina no campo educacional, no qual professoras predominam nas salas de aula desde o primário até o ensino médio. Fato este intrigante, uma vez que até meados do século XIX estas não tinham acesso nem à educação básica. O que resultou nesta mudança e quais foram seus alcances é o que se busca discutir neste trabalho. Discutir não só o trabalho das professoras, mas em suma o trabalho feminino, entender quais são as raízes de uma subjugação que nos acompanha à tempos, e que hoje ainda nos rodeia, de forma mais ou menos explícita, ainda carregada de um machismo que muitas vezes vem transfigurado em uma suposta falta de aptidão feminina. Formas de dominação que a nação brasileira traz de sua herança ibérica, que desde a colonização nos impõe o papel da mulher como rainha do lar e principalmente procriadora nata. Vivenciamos no início do século XXI as reminiscências de um machismo que agora não mais se encontra na aptidão ao lar e à família, mas sim à emancipação feminina a qualquer custo, seja de forma ilícita na prostituição dos becos do país, ou mesmo nuas nas capas de revista, ainda de certa forma servindo aos deleites masculinos. A emancipação da mulher moderna nos faz refletir até que ponto realmente uma mulher é dona de seu próprio nariz e até onde chega sua vontade de ser livre a qualquer preço.

Analisando a atuação profissional feminina no campo educacional demarcada entre fins do século XIX e início do XX, e levando em consideração que pouco antes a profissão era voltada ao público masculino, entende-se que a

inserção da mulher neste setor se deu de forma gradativa, mas de todo modo rápida, já que em meados do século XX o magistério já era predominantemente ocupado por mulheres. Estamos falando de uma época em que a Igreja católica ainda tinha grande influência sobre o Estado, e a nascente cultura urbana ditava as regras morais da sociedade, portanto um período difícil para se discutir formas de liberação feminina. Mudanças diversas atingiam a população de forma muito rápida, e formas arcaicas de relacionamento começavam a conviver com a chegada de uma sociedade privatizada e individualista, na qual o núcleo familiar se tornava o centro da vida social. Esta por sua vez se dividia entre público e privado, homens e mulheres, entre o que era ou não permitido, e a partir destas regras uma nova sociedade nascia, a sociedade da privatização onde o indivíduo era o mais importante. Neste ínterim a industrialização e a urbanização traziam mudanças estruturais na sociedade, as pessoas enchiam as cidades em busca de melhores condições de vida, e as fábricas alimentavam este inchaço com necessidade de mão de obra. Os homens se direcionavam às fábricas, e o espaço antes ocupado por eles se abria às mulheres. O magistério se mostrava uma boa escolha, afinal atributos como missão, vocação e domesticidade eram direcionados à profissão, que ligando maternidade e trabalho se mostrava como local apropriado para que elas executassem seu papel de mãe. A profissão então passava a ser vista como prolongamento da casa, a escola como prolongamento da educação familiar e a mulher como regeneradora da sociedade. Em uma época onde a divisão entre homem/mulher e

público/privado era clara, a professora era vista como resultado do cruzamento das duas esferas, uma profissão aceitável, apesar de longe dos olhos do marido.

A massa trabalhadora urbana era responsável pela manutenção da indústria, que por sua vez fortalecia a navegação à vapor e o aumento da malha ferroviária do país. Em fins do século no Brasil a monarquia de Pedro II “O Imperador do Brasil” já estava desgastada, conflitos internos enfraqueciam o poder do rei, e enquanto isso a oposição aproveitava para fazer sua campanha. Os republicanos já mostravam a que vieram, e em reuniões entre amigos, o republicanismo já estava em pauta. Neste contexto, revoluções já eram agendadas e as primeiras conspirações surgiam, quem imaginaria, principalmente do exército. A sociedade se modificava intensamente, o surgimento da privacidade e da individualidade contribuía para a intensificação do preconceito à mulher. Uma nova classe emergia, e a nascente cultura urbana permeava-se de influências européias e moralizantes. As revoluções de fins do século XVIII na Europa eram um presságio do que estava por vir, a família burguesa se fechava cada vez mais forjando-se a idéia de privacidade resultante do próprio individualismo classista, uma profusão de tratados e códigos de comportamento eram lançados na sociedade, e reforçados pela imagem símbolo da burguesia: a Rainha Vitória (reina na Inglaterra de 1837 á 1901) consolidavam o poder da burguesia e da ética puritana. Era a reorganização das vivências familiares e domésticas, onde a valorização da intimidade redefinia os papéis sociais, reservando à mulher o

espaço doméstico como guardião do lar e base moral da família, e ao homem o espaço público que incluía a política e a civilidade. A cidade tornava-se um local sexuado onde cada pessoa tinha seu papel definido, e a economia de cada família vista como o ponto central de sua existência, demonstrando sua posição na esfera pública tão importante para a representatividade imposta pelos códigos de comportamento vigente.

Esta forma de se relacionar também nos é contemporânea, afinal vivemos na sociedade do consumo, sob o status da fama e do estrelato. É certo que o dinheiro ainda está no foco das atenções para a maioria das pessoas, vivemos na era da plastificação, da superficialidade. A maioria das mulheres ainda se encontra subjugada seja na classe popular pelo marido que chega em casa bêbado depois do expediente, ou da elite que imagina que o importante na vida é se repuxar toda para aparecer na capa de grandes revistas do mundo da moda. Ora, então vejamos o que parece-lhe pior, as mulheres no século XIX sem acesso à instrução por restrição da sociedade, cuidando dia e noite de seus filhos e seus maridos, ou as mulheres do século XXI que com total acesso à educação preferem gastar seu precioso tempo com grandes eventos e plastificação pessoal. Épocas e situações totalmente diversas, mas que se encontram no fato de que educação sempre foi imprescindível para a formação de cidadãos, desde a educação republicana que se propunha formar novas mentes para a República nascente, até a educação atual que busca formar membros para um mercado de trabalho cada vez mais saturado. A educação como forma de moldar uma nação ou como forma de produto para o mercado,

voltada só para homens ou oferecida a todos os que se interessem.

Educação ainda como um assunto controverso, afinal que “todos” são esses de que falamos? De que tipo de educação precisa uma pessoa para ter moldado seu caráter? Por acaso meninos e meninas recebem o mesmo tipo de conhecimento? Discutir sobre este assunto pode parecer estranho uma vez que a constituição brasileira garante igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos. Mas sabemos que a igualdade entre os cidadãos brasileiros foi um direito conquistado há pouco tempo, e que para isso foi necessária muita luta e persistência. Luta dos que defendiam além de seus interesses, os interesses de uma nação que se viu miscigenada e ao mesmo tempo inferiorizada desde a chegada lusa na costa do país. Luta de mulheres e homens que trabalharam para a construção de um país que na verdade não os pertencia. O Brasil se tornou um país de poucos, onde negros, índios e mulheres não têm vez, e onde o modelo europeu foi injetado com grande sucesso se estendendo até os dias atuais. Não há como negar, mesmo com a constituição os direitos não são iguais, essa é uma herança que nos custará a ser apagada. Foi este o motivo primeiro da pesquisa, entender (o mínimo que seja) o porque de tanta diferença e resignação, e para isso buscando ajuda na história. Não a história de grandes feitos ou grandes homens, mas a história contada pelo outro lado da moeda, a história por vozes femininas. Nada mais justo do que fazer isso dando enfoque a uma profissão que atualmente é majoritariamente feminina, que abriu as portas da sociedade para as mulheres e que nem sempre lhes foi acessível.

II. Fontes sobre Educação e Gênero

Livros e textos sobre a situação educacional no Brasil do século XIX foram lidos com o objetivo de entender a atual situação brasileira, encontrar as raízes de um problema que se agrava a cada dia e que parece encontrar força na falta de apoio governamental. Para isso partimos de uma metodologia histórico-bibliográfica começando por um levantamento na biblioteca do Instituto sobre o movimento educacional no Brasil. A partir deste primeiro contato, percebemos que um recorte temporal seria mais proveitoso para a pesquisa. Leituras e fichamentos sobre o século XIX foram feitos, e uma maior atenção foi dada as condições femininas no período. Com o decorrer da pesquisa nos deparamos com fontes limitadas, já que a História da Educação e a de Gênero só receberam maior atenção de estudiosos nas décadas de 1960 e 70 com a chegada da História Cultural. Esta propunha um novo enfoque sobre as fontes, aumentando seu raio de ação chegava com uma forma diferente de enxergar os objetos históricos, saindo do tradicional e alargando suas abordagens, voltando-se para o que antes era esquecido pela história. Dessa forma sujeitos como crianças e mulheres ganharam espaço, e os estudos sobre gênero engrossaram as fileiras no meio acadêmico. Assim estudar sobre a situação educacional feminina se tornou um desafio, já que além de recentes as leituras sobre o assunto se tornaram repetitivas. Nada que diminuísse a curiosidade de saber a origem do problema educacional e da diferença sexual que enfrentamos, tanto rechaçada nos movimentos femininos e que em contraposição foi apoiada pelo movimento burguês do século XIX.

Com a História Cultural a pesquisa em história da educação se transformou, até então somente eram utilizados documentos oficiais (como ofícios, regulamentos e estatísticas). Na nova fase percebeu-se que o mobiliário e o uniforme escolar também poderiam remontar à realidade do aluno ou da escola em questão, além claro da imprensa pedagógica e dos cadernos, que denominados fontes extra-oficiais, trouxeram à tona detalhes antes esquecidos do passado educacional. O alargamento das fontes produziu uma nova bibliografia, se antes os autores mais expunham o que deveria ter acontecido, agora enfatiza-se mais as práticas escolares dando um maior enfoque sobre as relações professor-aluno. Dessa forma, cadernos de exercícios, listas de chamada, diários de classe e uma infinidade de documentos pessoais (como diários e cartas) são fontes que podem nos ajudar muito no estudo de métodos escolares para entender melhor de que forma a educação era encarada pela população do século XIX, e como este fato influenciou no que conhecemos hoje por escola e ensino.

Em relação ao estudo do ensino no século XIX, trabalhos como os de Maria Lucia Hilsdorf são úteis para esclarecer como a política sempre influenciou na estrutura de ensino do país. Dividindo a história da instrução pública em períodos políticos, a autora remonta as formas de gerência utilizadas pelos governantes desde os tempos coloniais brasileiros quando a educação era efetuada por jesuítas e tinha um fundo explicitamente evangelizador, discorrendo mais adianta sobre a fase Monárquica que seccionou a jurisdição das escolas tirando-as do controle do Império e dividindo-as em províncias, e

por último enfoca a política Republicana que se calcava na educação como formadora de cidadãos para as bases da nova nação que vislumbravam. Como o foco deste trabalho se encontra entre fins do século XIX e início do XX, nos direcionamos à política republicana de ensino, que de forma ímpar procurava dar continuidade à situação política vigente, utilizando a instrução e as escolas como apaziguadora de ânimos exaltados. Neste ponto pretendemos demonstrar o quanto o ideário republicano considerava o letramento e a instrução condições para a modernização e cidadania, como quesitos extremamente necessários para a formação do cidadão da República nascente. Também foi dada especial atenção à educação das mulheres no Brasil, textos como os de Leni Frentim e Françoise Mayer esboçam muito bem a situação feminina tanto das índias que na época colonial foram vetadas pela Rainha de Portugal do acesso à instrução, quanto das contemporâneas ao século XIX que tinham acesso à prendas do lar e à família.

Apesar de serem citadas na historiografia tradicional, esta não dava enfoque específico às mulheres, deixando-as relegadas á segundo plano e ditando o homem como sujeito universal, transformando a história da humanidade em história de homens que realizaram grandes feitos. É o que indica Beauvoir (1980) quando constata que não se nasce mulher, torna-se uma, chegando a partir daí a conclusão de que as mulheres não tem sua própria história, mas fazem parte de uma construída social e historicamente. Atualmente estudos voltados para essa questão concluem que em geral a história feminina era dedicada ainda á biografias de grandes mulheres, ou seja, mulheres que de

alguma forma estavam incluídas na esfera pública ou, melhor dizendo, no universo masculino.

Desta forma a revolução documental colocou também as mulheres como sujeitos históricos centrais, e os estudos sobre gênero aumentavam nos meios acadêmicos na década de 70. O termo gênero, propriamente dito, surgiu na Inglaterra e enfatizava a dimensão social construída da relação entre homens e mulheres, se associando desta forma à caráter e comportamento estabelecia significados para experiências corporais encarando homem e mulher não como nascem mas, como se fazem (ALMEIDA, 1998). A partir da diferença sexual o termo gênero se baseia em uma ordem social hierarquicamente estabelecida, que muitas vezes deixa de lado as especificidades do contexto e das práticas sócio-culturais em que cada personagem histórico se insere. O número de mulheres ingressando nas faculdades e por consequência o de pesquisadoras aumentou abruptamente, um maior enfoque foi dado aos estudos sobre feminismo e história das mulheres. Este movimento ficou conhecido como neo-feminismo e foi resultante dos anos de luta das mulheres, mas que infelizmente alcançou dimensões utópicas buscando não somente mudanças nas mulheres, mas na sociedade toda, seria necessária uma nova forma de encarar os papéis sociais para que a desigualdade sexual colocada em pauta pelas neo-feministas acabasse.

Sempre que se fala neste assunto se faz necessário lembrar que o século XX assistiu ao boom do movimento feminista, mas as mulheres já há algum tempo vinham conquistando direitos que antes lhes eram vetados, como a inserção

destas no espaço público, ou o acesso à política e à educação. O direito ao voto por exemplo, na maioria dos países se estendeu às mulheres somente em meados do século XX, e a educação (apesar de algumas meninas da elite estudarem em casa com preceptoras) no caso específico do Brasil aparece como direito garantido só em 1827 com a primeira lei de ensino. Na França ainda no século XVIII já aconteciam reivindicações pelo voto feminino, mas nas assembleias nem todos viam com bons olhos este passo, os Jacobinos (que eram a esquerda) não as apoiavam porque tinham medo de seu conservadorismo, e os girondinos também não porque na verdade não queriam estender o direito ao voto à mais ninguém, que dirá às mulheres. A luta das mulheres francesas acontecia então de forma solitária mas nem por isso a vontade de participar mais das decisões sobre os rumos da sociedade diminuía. Assim, desde há muito as mulheres lutavam por seus direitos, e por isso torna-se difícil delimitar um marco ou data para um movimento que de forma gradual, mas não linear, ganhou adeptos e reivindicações ao longo do tempo.

No caso dos estudos sobre as mulheres o espaço privado se mostrou bastante fértil, já que a escrita íntima se constituiu durante séculos como uma das poucas áreas livres para elas. Estas fontes mostram o outro lado da moeda, a história das mulheres vista do enfoque feminino, por mulheres que no espaço doméstico se viam aptas a representar seu cotidiano em diários e cartas. Além disso este material nos permite compreender de que forma as mulheres burlavam os códigos e regras que lhes eram impostos, neste sentido Michelle Perrot descreve genuinamente a posição ocupada pelas mulheres entre público

e privado, e de que forma essas normas impostas ajudaram a manter a supremacia masculina até a entrada da mulher na esfera pública através de rupturas políticas, revoluções, guerras e lutas nacionais. Com uma linguagem clara e direta Perrot se utiliza da história para traçar uma possível paisagem do século que se anuncia. Distinguindo os espaços permitidos e os proibidos, a autora remonta a sociabilidade feminina no século XIX demonstrando que a estrutura sociocultural perdura entre as épocas e continua colocando as mulheres no silêncio.

Neste sentido é válido citar também as revistas de início do século XIX que apesar de direcionadas ao público masculino carregavam no rodapé crônicas e romances para mulheres. Este era o meio de comunicação com maior influência sob a população, além de ser a principal forma de expressão e formação de opinião pública, as revistas remontavam às aspirações burguesas e incluíam no seu rol de leitores as mulheres da elite urbana, em sua maioria a favor das regras impostas pelo Estado e pela Igreja. Em fins do século XIX as mulheres começam a escrever publicamente, normalmente sob pseudônimos masculinos como uma forma de abrir caminhos para que mais tarde surgissem revistas feitas exclusivamente por mulheres e para elas. A primeira revista feminina brasileira que se tem notícia teve vida curta, durou apenas um ano, de 1827 à 1828, chamava-se “O Espelho Diamantino-Periódico de Política, Literatura Bellas Artes, Theatros e Modas Dedicado às Senhoras Brasileiras” produzida no Rio de Janeiro esta revista ainda era dirigida por homens, assim como suas sucessoras “O Espelho das Brasileiras” produzido no Recife em

1831 e “A Fluminense Exaltada” também no Rio em 1832. O primeiro jornal dirigido e produzido às mulheres surge só em 1852, também no Rio de Janeiro chamado “O Jornal das Senhoras” que tinha como slogan o objetivo de propagar a emancipação social e moral da mulher, neste jornal além do cotidiano da elite, aparece pela primeira vez a reivindicação pela instrução da mulher brasileira. No entre séculos o número de revistas direcionadas ao público feminino só fez aumentar, mas entre elas destaco “A Mensageira” produzida em São Paulo dirigindo maior ênfase a luta pela valorização da mulher, valorizando a educação e a emancipação feminina. Em relação à isso Mary Del Priore defende que as revistas femininas escritas neste íterim são reflexos da vida pequeno-burguesa das leitoras urbanas que, na sua visão eram “fazedoras de uma cultura conservadora e identificada com as regras impostas pelo Estado e pela Igreja”, assim apesar de uma tentativa ousada de emancipação não passavam muito dos limites impostos pelos homens.

No Brasil trabalhos como História das mulheres no Brasil organizado pela mesma Mary Del Priore, chegam para embasar o caráter relacional da história das mulheres, demonstrando mais uma vez que o contexto histórico define maior ou menor autonomia feminina. Muitos estudos sobre o assunto têm como marco cronológico os séculos XVIII e XIX, com enfoque sobre o espaço urbano e o papel feminino na família, tendo como principais fontes as produzidas pelo Estado e pela Igreja, dando destaque à educação, à disciplinarização e aos códigos de conduta. A autora defende ainda que história da mulher e história do feminismo não devem se confundir, a partir do

pressuposto que a primeira recorre a novas abordagens e métodos da história social mais abrangentes, e a segunda se encontra sempre à sombra das universidades e dos trabalhos acadêmicos.

Outras fontes importantes são os códigos de Conduta e Manuais de Etiqueta que circulavam pela sociedade ditando regras e posições, sistematizavam o comportamento de corte e traziam entre outros, normas de higiene e de como proceder no meio público. Citado por Andréa Lisly Gonçalves (2006) em seu livro “História e Gênero”, um forte representante desta era de regras foi o “Código do Bom-tom”, calcado na distinção entre masculino e feminino este chegou a separar as mulheres em categorias entre elas a recatada, a modesta, a namoradeira e a leviana, era uma forma de demonstrar as expectativas da sociedade em relação a homens e mulheres.

As fontes oficiais, derivadas do poder público, como estudos demográficos, legislação e registros judiciais, também são interessantes na medida em que contrapõe as fontes produzidas no privado. As fontes civis e eclesiásticas como registros de casamentos, nascimentos e óbitos demonstram como Igreja e Estado unidos ditavam as regras da sociedade, e de que forma conseguiram colonizar uma nação inteira. Desta forma os testamentos são também importantes para a história do Brasil, já que muitos revelam uma peculiaridade, o fato das esposas receberem heranças de maridos mortos e não seus filhos, ao contrário da Europa onde só os primogênitos tinham direito sob o pecúlio da família. Outra fonte oficial interessante são os censos, que revelam com nitidez a diferença dos níveis de escolarização entre homens e

mulheres, e a faixa de assalariados no país, mas em relação à isto é necessário um olhar mais detalhado pois no século XIX a maioria das mulheres trabalhadoras exerciam profissões não regulamentadas e por isso mesmo não registradas. Fato que vai na mesma direção do que acredita Simone de Beauvoir (1980) quando constata que não se nasce mulher torna-se uma, chegando a partir daí à conclusão de que as mulheres não tem sua própria história, mas fazem parte de uma sociedade construída social e historicamente por homens. Atualmente estudos voltados para essa questão concluem que em geral realmente a história feminina era dedicada ainda à biografias de grandes mulheres, ou seja, mulheres que de alguma forma estavam incluídas na esfera pública ou, melhor dizendo, no universo masculino.

É certo que a história das mulheres avançou muito nos últimos tempos, mas isso foi apenas o começo. É necessário lembrar que a história das mulheres como conhecemos também se mostra excludente uma vez que é escrita por uma pequena parcela da classe média com acesso às universidades, e que não chega nem perto da história das mulheres dos guetos e da periferia. Dessa forma a inserção das mulheres nas universidades ajudou para que o sexismo reinante na historiografia fosse aos poucos sendo substituído por versões da história que agregassem os dois sexos, o que não quer dizer que a maioria das mulheres possam se sentir bem representadas nesse contexto. É sempre bom lembrar que mulheres como as muçulmanas e as somalianas ainda têm seus direitos negados com base em religiões ou até mesmo pregações que as subestimam e privam de direitos lógicos como o controle sobre a própria

sexualidade. Mas assim como Michelle Perrot acredito que cada mulher é responsável por seus atos e por isso mesmo por sua história, não há como escrever com total exatidão sobre como deveria acontecer a história das mulheres africanas que ainda hoje vivem subjugadas culturalmente, seria como coloniza-las novamente. O processo de emancipação deve surgir de cada cultura, que conhece seus pontos baixos e altos, deve nascer da vontade das que dela fazem parte, estas sim saberão o momento oportuna de dar o grito de liberdade, de acabar com qualquer e todo tipo de repressão a que são submetidas.

III. Movimentos femininos

A história da humanidade sempre esteve focada em um sujeito universal masculino: o homem, e esferas como a militar, a religiosa e a política por muito tempo estiveram vetadas à participação feminina. Durante a Antiguidade mulheres eram comparadas à escravos por sua inferioridade natural, na Grécia foram retiradas do espaço público e direcionadas à família e às prendas domésticas. Platão e Aristóteles afirmavam a desigualdade entre os sexos como um fator natural humano, Aristóteles, por exemplo, tinha incertezas sobre a escravidão mas tinha naturalidade em afirmar a condição inferior da mulher. Sócrates acreditava que os espaços sociais estavam muito bem delimitados, para os homens a política (como função mais nobre da sociedade grega) e às mulheres a casa. Nos tempos bíblicos os judeus já viviam em sociedades patriarcais, quando a monogamia era exclusiva tarefa feminina, lembrem-se bem da incrível história de Salomão, que tinha setecentas mulheres e trezentas concubinas, às esposas o cuidado com o lar e a família, e às concubinas a satisfação dos prazeres masculinos, para as esposas fora a tarefa sagrada de procriar cabia o zelo da casa como cães de guarda. Ainda na Bíblia uma mulher assinara o destino sofredor da humanidade, caindo em tentação ao morder a pecaminosa maçã abriu as portas do inferno e arruinara a felicidade humana para toda a eternidade. Santo Agostinho apoiado na tese de que o mais fraco é sempre subjugado pelo mais forte defendia a inferioridade feminina, segundo o mesmo autor a mulher é ainda “odienta”, um animal pouco seguro e estável, cheia de maldade e princípio de todas as

iniquidades humanas.

A partir disso relembremos agora a caça às bruxas, este foi o auge do ódio e repugnância às mulheres, que foram perseguidas, torturadas e assassinadas pelo simples fato de se destacarem no seio da sociedade e de agirem de alguma forma contra as leis impostas. Na época em que igreja e religião se distanciam, nasce o antagonismo entre bem e mal, deus e diabo. O modesto universo de parteiras e curandeiras que por séculos já praticavam a arte da cura, é estigmatizado como seita diabólica reencarnada na inversão dos dogmas da Igreja Católica, eram mulheres que, por motivos diversos não acreditavam no que impunham os ideais inquisidores, que por sua vez criavam o objeto que perseguiam. A arte da bruxaria era difundida então pelas próprias pessoas que tentavam erradicá-la, os inquisidores teciam valores à fatos culturais já existentes, propondo-lhes significados diversos. Uma forma de frear o que não era bem quisto por aqueles que acreditavam na salvação da sociedade pela religião, e os que caminhassem na contramão deveriam ser banidos para que não contaminassem o todo. Este padrão de comportamento moralista perdurou por séculos, incluindo os anos de obscurantismo da idade média, e sempre buscou manter as mulheres pouco instruídas como forma de afirmar a superioridade masculina. Neste contexto surpreende um texto escrito por Condorcet já em fins do século XVIII chamado “Sobre a admissão das mulheres no direito à cidade”, quando solitariamente o autor defendia a participação política do sexo feminino em contramão aos ideais liberais burgueses em pauta naquele momento. Era o tímido início da luta pelos

direitos femininos, saído de um momento difícil da história da humanidade, que ainda assistiria à continuação e ao aumento do preconceito à mulher.

No século XVIII enquanto a sociedade ainda era rural, a fronteira entre público e privado era variável, o chefe de família também cuidava da casa afinal era ele o chefe da empresa rural, mas com a saída de famílias inteiras do campo em direção à área urbana esta situação foi se modificando. O que não quer dizer que a situação feminina sofreu grandes mudanças. A mulher de forma geral sempre esteve submissa ao homem (claro que exceções fazem a diferença) e com a urbanização isso só se agravou. Com a tendência global à privatização era a vez da diferenciação, tudo estava dividido na cidade, esta era um espaço totalmente sexuado, mulheres e homens tinham seus locais apropriados, suas companhias e até seus pensamentos diferenciados. Segundo o relato de um delegado da época, ao homem era sugerido a madeira e a mulher restava os tecidos. Estas diferenças eram também embasadas por discursos médicos, como o naturalista que via duas espécies humanas distintas: o homem considerado a razão, a inteligência, o cérebro; e a mulher representando o coração, os sentimentos e a sensibilidade. Existiam movimentos contínuos que tiravam a mulher do espaço público direcionando-as às famílias, entre eles o da Igreja Católica que cultuava Virgem Maria, e deixava às mulheres o poder e o dever de agir bem, reforçando a figura materna pela ausência do pai que saía para trabalhar nas fábricas. Neste ponto, a industrialização impulsionou a divisão de tarefas entre os sexos, o pai saía cedo para trabalhar garantindo o sustento material da família, e as mães

ficavam para cuidar da casa e dos filhos, garantindo o sustento espiritual. O eixo central destes movimentos era a reprodução, que encontrava na fé e na caridade seus maiores pilares. A procriação não passava de um dever feminino, era para isso que mulheres e homens se casavam, a continuidade da espécie era necessária, e nada mais natural que dirigir a educação dos filhos à mulher, que ganhava com isso atributos como dedicação, sensibilidade e paciência.

Os estudiosos humanistas afirmavam então a inferioridade feminina como resultado da falta de razão e controle da mulher, por não possuir razão a mulher era dotada de paixões desenfreadas, e por isso precisava de uma educação moral na qual virtudes e regras de conduta chegariam no lugar da verdadeira instrução. Mais do que instruída, a mulher deveria receber educação para o matrimônio, corte, costura e piano, que comumente faziam parte do que as meninas da elite aprendiam em casa com as chamadas preceptoras, mulheres que iam às casas da elite ensinar as futuras damas da sociedade como se comportar e agir em público, além das prendas domésticas que qualquer moça de boa conduta deveria saber. Neste ponto a monarquia doméstica pregada por Vitória, Rainha da Inglaterra entre 1837 e 1901, influenciou muito as vidas femininas do século XIX. Impregnada de conservadorismo o reinado da que ficou conhecida como a Rainha Burguesa, consolidava o poder da burguesia e da ética puritana tão comuns às classes médias. Vitória defendia a privatização da intimidade em que a mulher tinha o claro papel de procriadora, e a família se tornava um núcleo onde o pai era o

pilar mais importante, era o retrato do individualismo burguês. Desta forma o século XIX chegava com grande controle sobre as sensações e os sentimentos, códigos de conduta e regras de intimidade eram espalhados pela cidade, a idealização da mulher como anjo do lar e dona de casa responsável era necessária para a conservação do lar. A sociedade aprendia que cada componente social tinha seu papel, e que o bem estar geral dependia de todos de forma que qualquer tentativa de mudança no que já estava moldado afetaria a harmonia geral. Esta forma de encarar as relações sociais trazia novas formas de comportamento, os meninos deveriam antes de tudo aprender a lutar e se defender, e às meninas cabia se preparar para a maternidade, momento que daria sentido a sua vida. Assim uma complementaridade de papéis acontecia, ao homem cabia o sustento da família, e à mulher a procriação e educação dos filhos. A manutenção da imagem pública da família era essencial, e a esposa servia como vitrine do status familiar, desfilando roupas e acessórios caros as mulheres da elite freqüentavam as vias públicas sempre acompanhadas do marido ou de uma criada.

A sociedade do século XIX cria um esteriótipo feminino que pode ser dividido em dois: a mulher idealizada, que cuidaria da casa e do marido, e a mulher real, com seus impulsos e necessidades. De certa forma isto impulsiona a prostituição, uma vez que os homens, na maioria das vezes, têm a mulher em casa, com quem se casou e procriou, mas tem também a que lhe satisfaz todos os desejos carnis que por regras impostas não podem ser oferecidos pela esposa no matrimônio. Uma mulher casada representava a figura materna e

não de amante, já a cortesã era a mulher pública que se envolvia com a noite e a perdição. A prostituição tornava-se uma forma comum de ganhar a vida no século XIX, e as mulheres da noite se tornavam as verdadeiras mulheres públicas (PERROT, 1998), as cantoras de café, as dançarinas de ópera, as garçonetes, ou qualquer outra mulher que andasse sozinha na noite abria brechas para ser violentada, afinal de que estirpe era a mulher que saía de casa a noite desacompanhada do marido? Em Paris essas mulheres recebiam visitas médicas domiciliais, encontravam-se com um número incontável de clientes toda semana, e a sífilis ganhava força no mundo todo, era preciso tomar muito cuidado para que esta não se tornasse uma epidemia.

Neste contexto a imprensa era a principal forma de expressão e formação de opinião pública, por isso mesmo era um mundo masculino, escrito e direcionado aos homens, jornais e revistas circulavam em cafés, círculos literários, clubes e salas de leitura. A escrita feminina apesar de tímida já aparecia nos rodapés dos principais jornais europeus, crônicas de viagem e romances de folhetim escritos sob pseudônimos masculinos garantiam o espaço feminino, espaço que ainda lhes era vetado, mas vez ou outra lhes era aberto em publicações em jornais e revistas. No século XIX a mulher era considerada ainda leitora privada, em casa tinha acesso à literatura e principalmente à escrita epistolar. Cartas trocadas por mulheres, ou mesmo entre estas e amigos ganham impulso com a chegada dos correios e das estradas de ferro, e revelam assuntos dos mais variados, desde o dia-a-dia da família até educação e política. Os diários também são fontes ricas de relatos

femininos, mulheres que viajavam com seus maridos para os mais diversos lugares e que encontravam no diário uma forma de expressar sua posição diante do mundo novo que desbravavam. É somente em fins do século que começam a circular revistas femininas escritas por mulheres, estas tinham correios de leitoras e serviam como tribunas femininas, já que às mulheres era vetado o direito da política. O acesso à produção de textos públicos abre portas para as mulheres, que se torna assim parte integrante na construção de opinião pública.

Mulheres da elite e da classe mais baixa tinham costumes e lugares diferentes. Para a elite salões de chá e a Igreja eram locais apropriados, sem esquecer dos grandes magazines que já se tornavam os grandes templos de consumo das mulheres de famílias abastadas. Para a classe baixa o mercado era um lugar para passear, comprar, vender e principalmente pechinchar, as lavanderias eram quase um reinado, no ambiente de trabalho a vivência se estreita e os laços de sociabilidade e solidariedade entre elas aumentavam. Entre os dois extremos, havia a classe média burguesa que chegava com toda força, famílias abriam pequenos negócios com o intuito de melhorar o orçamento, neles trabalhavam todos os membros do clã familiar, desta forma as mulheres ajudavam no comércio que também se tornava o local para a trocas de novidades entre as mulheres do bairro.

Fora a lavanderia, as mulheres do século XIX costuravam para fora, faziam faxinas, trabalhavam como parteiras e algumas até como enfermeiras. A enfermagem foi uma das primeiras profissões a abrir as portas para o universo

feminino, era envolvida por uma áurea de doação e caridade e por isso podia ser direcionada ao público feminino, além de reafirmar a hierarquia existente, pois a enfermeira era a ajudante do médico que sempre era um homem. Neste sentido as guerras abriam caminho, seja levando-as como enfermeiras para campos de batalha, seja preenchendo os espaços deixados pelos homens que se direcionavam à luta armada, o que não quer dizer que a guerra possa ser considerada emancipadora, pelo contrário, é totalmente conservadora já que quando terminam trazem tudo novamente ao lugar de origem, os homens nas fabricas e as mulheres em casa. Independente da classe social as fronteiras que limitam as mulheres vão se apagando ao longo do tempo, o acesso ao espaço público mesmo acompanhadas é um grande passo para uma emancipação que demoraria séculos para tomar forma, seja em grandes magazines, costurando ou mesmo lavando roupas as mulheres sempre trabalharam, a diferença é que este trabalho era muito mau remunerado e informal. O direito ao salário só chegou em meados do século XX e mesmo assim não garantia direitos iguais à mulheres e homens. A datilografia e o secretariado foram outros campos que logo se abriram às mulheres, era mais uma forma de controle sobre sensações, afinal a secretária sempre tinha um chefe e este matinha os olhos sobre o comportamento de sua empregada, que precisava ser de boa família e boa reputação para conseguir um cargo de confiança como o de secretária.

Campos como o militar, o político e o religioso sempre estiveram vetados à participação feminina. Em relação ao militar ligava-se a guerra à masculinidade, uma pessoa apta para a luta devia ser forte, corajosa e viril,

atributos que nem chegam perto da docilidade direcionada às mulheres do século XIX. Na política a situação era clara, além de ser uma atividade masculina desde os tempos da Grécia Antiga, a mulher não tinha personalidade civil; só com o passar do tempo cargos subalternos como o ministério da saúde eram direcionados a elas como forma de acalmar os ânimos exaltados por direitos iguais. Já em relação a religião este quadro se agrava mais, principalmente nas religiões monoteístas como o judaísmo, o cristianismo e o islã que tem o masculino como pólo superior, e tem a mulher como simples auditório mudo. As mulheres que estavam conseguindo espaço na cidade deveriam ser caladas, a cultura popular precisava ser civilizada, a separação dos sexos na cidade era um retrato disto. Crescia no centro da cidade a indústria da lavanderia, com instalações modernas, divisão do trabalho e hierarquia, as mulheres continuavam com a mão de obra mas agora tinham um homem como chefe de sessão que controlava as máquinas, era menos esforço com mais controle. Como uma grande limpeza moral social, os pobres foram enviados às periferias das cidades, para onde também foram levadas as lavanderias informais que eram locais de grande sociabilidade feminina.

As mulheres deveriam ser freadas, a emancipação feminina não era vista com bons olhos pelas autoridades, elas haviam sido mantidas na ignorância justamente para que não se rebelassem contra as leis impostas, e agora já produziam rebeliões e lutavam contra a carestia dos alimentos. Eram as mulheres que cuidavam do orçamento da família, elas que pechinchavam os

centavos que comprariam os pães do dia seguinte, e eram delas que desencadeavam-se os motins pelas altas dos preços dos alimentos, elas encarnavam o direito do povo ao pão de cada dia. Às vezes a luta contra a fome se misturava à luta contra as máquinas que destruía o trabalho manual tradicional impondo uma nova disciplina, para as mulheres que costuravam em casa, por exemplo, as máquinas fiandeiras eram as maiores concorrentes. Nas lavanderias formavam-se redes de assistência mútua, como centro de encontro das mulheres da classe mais baixa este era o local do feminismo prático, onde elas estavam sempre prontas a alianças para lutar pelos seus direitos. Desta forma as mulheres da classe mais baixa encontravam-se na maioria dos distúrbios populares do século XIX, é só com a militarização que as revoluções se masculinizaram colocando as mulheres como auxiliares e não mais como iniciadoras de motins. Assim, a mulher do povo se mostrava mais independente nos gestos, tinha revide mais explosivo, e os códigos de urbanidade pesavam mais sobre a elite, pois estas tinham o papel de representação social da riqueza e do luxo que seu marido podia lhe proporcionar, eram termômetros da situação econômica da família.

Pensando na luta feminina por direitos iguais, nos tabus quebrados, nos anos de subversão, busca pela liberdade, espancamentos sofridos, brigas, prisões e mortes, depois de todos os avanços da ciência ainda temos defesas da inferioridade biológica da mulher. Vivemos influenciados por pensamentos, desígnios e vontades européias, uma sociedade claramente burguesa, que apesar de ter chegado ao século XXI ainda se espelha no patriarcado do XVI.

As regras de etiqueta e moral burguesa não são seguidas pela maioria da população atual, mas a mulher moderna vive não sob a opressão dos pais ou do marido, mas sob uma opressão muito pior, uma repressão disfarçada. Todas as realizações e feitos já ganhos vão por ralo abaixo com a moda da cintura fina e do nariz arrebitado. De que valeu tanta luta pra deixar o espartilho se agora é preciso ser tão magra que um espartilho do século XVIII ficaria largo, mulheres que vivem sob a ditadura da beleza e da magreza, que não querem envelhecer sob nenhum custo, uma sociedade superficial pouco preocupada com o que acontece a sua volta. A luta feminina está adormecida, na sociedade do consumo uma mulher que luta por suas idéias não parece lucrativo, apesar da independência financeira a maioria das mulheres ainda é dependente mental dos homens, uma nova forma de opressão está em voga e infelizmente não me parece que haja preocupação em relação a isso.

IV. O Brasil de poucos

A história do Brasil desde a chegada estrangeira ao país se mostra conturbada e característica uma vez que a guerra travada entre europeus e nativos não foi a considerada guerra justa. Depois de um primeiro momento de estranheza entre ambas as partes, a missão estrangeira era dominar cultural e politicamente a nova terra adquirida, seja de forma militar ou pacífica. Neste sentido os índios não tinham a menor chance, afinal, subjugados como foram, não tinham em mãos a luta ideológica travada pelos novos habitantes aqui chegados. Para Portugal a criação de um regime nos trópicos foi uma forma de preservar a antiga ordem metropolitana. Os portugueses chegavam ao país trazendo a estrutura colonial que perduraria do século do descobrimento (ou invasão) até meados do século XVIII. Com o exclusivo metropolitano era do Brasil que saía a maior parte da riqueza adquirida por Portugal neste intervalo de tempo, é também durante a época colonial que os portugueses vislumbraram no Brasil o que há muito procuravam nas Índias. Desde então séculos de exploração se seguiram em nosso país, assinando um contrato de sustentabilidade com países que apoiados no trabalho escravo levavam da nossa terra iguarias como o Pau Brasil, a pimenta, o tabaco e a Cana de Açúcar. A família imperial portuguesa não se interessava em conhecer suas terras nos trópicos, para eles o que nossa terra lhes rendia de riqueza já era o suficiente. Em fins do século XVIII o Brasil era então um país ainda patriarcal, com estilo aristocrático de vida e de maioria rural, as cidades tinham baixa população fixa e a existente não tinha ocupação determinada.

Grande parte da população sobrevivia da agricultura ou do pequeno comércio, e as relações sociais eram em sua maioria senhoriais. A crise no Antigo Sistema Colonial assistia a uma estagnação econômica da colônia, que por consequência também atingia a metrópole. Com a corda no pescoço e ameaçado pelas tropas inimigas que marchavam rumo à Portugal, Dom João vislumbra uma saída em sua maior fonte de riqueza, os trópicos.

A chegada da família real em 1808 trouxe consigo a corte portuguesa e seu modo de viver e se relacionar, e para isso a cidade do Rio de Janeiro sofreu drásticas transformações em busca de se tornar um lugar a altura de seus novos moradores. Segundo alguns autores esta mudança trouxe a Metrópole para a Colônia, portos, fábricas e manufaturas foram abertas no Brasil junto ao tratado de comércio com a Inglaterra. Uma etapa de higienização da cidade começou com uma regulamentação nova de limpeza. Prédios foram demolidos, camadas pobres junto à fontes e locais para o corte da lenha foram transferidos para a periferia da cidade. Para embasar toda esta mudança, um discurso médico ajudava na construção de um novo conceito de família e higiene. A transformação física da cidade e a chegada da corte separava o público e o privado. Agora a rua era o público e a casa o privado. Cultos populares e religiosos foram proibidos, formas de solidariedade foram dissolvidas na busca pela civilidade européia, e as relações mudavam lenta e gradativamente de senhoriais para burguesas. O país passava pelo que os europeus denominavam “modernização”.

Dom João e parte de sua Corte começaram a ver o Brasil como pretensão local

de prosperidade econômica, e a partir daí assistiu-se à um enraizamento social, político e econômico dessas pessoas, que com o prolongamento da estadia de Dom João no país começaram a se envolver no comércio local, alguns até produzindo café e se envolvendo em negócios com traficantes de escravos. Neste ínterim Dom João criou um aparelho de governo e administração no Brasil, transferindo o centro de autoridade política de Lisboa, para a então colônia portuguesa. Com a abertura dos portos brasileiros, incentivou-se as importações e exportações, instalou-se uma siderurgia, permitiu-se a entrada de manufaturas no país e criou-se o Banco do Brasil, além de escolas e centros de estudos. Desta forma nos anos em que esteve no Brasil, Dom João ampliou a autonomia do país em termos financeiros, fiscais, judiciais e militares. A chegada da corte influenciava também no processo educacional, buscava-se a laicização do ensino, que passava do controle jesuítico para o estatal dando maior enfoque sobre o ensino primário e a formação de professores, a normatização do ensino estava em andamento. Conta-se de 1836 a primeira escola normal do Brasil, que tinha o intuito de formar professores laicos para assumir os cargos nas escolas públicas que começavam a ser criadas. Estas ainda não estavam abertas às mulheres, que por hora continuavam com suas aulas de prendas domésticas.

A ascensão de Dom Pedro I ao trono em 1822, um pouco depois do famoso “Dia do Fico” deixou os brasileiros em polvorosa, estes acreditavam que era o começo de uma nova era, onde o Brasil teria mais autonomia para decidir seu próprio destino. Desta forma Dom Pedro foi coroado defensor perpétuo do

Brasil, nomeando um novo ministério do qual fazia parte José Bonifácio, o homem que faria do reinado de seu filho Dom Pedro II o mais constitucional visto até então. Neste mesmo ano mais algumas leis favoráveis a autonomia do país foram decretadas, junto à formação de uma Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro (a primeira do país) e da independência política do Brasil. A primeira lei de ensino que o país assistiu, aconteceu durante o reinado de Pedro I, era a primeira intervenção estatal na atividade docente, tinha como intuito unificar, homogeneizar e hierarquizar o ensino no país. Buscava-se criar um corpo docente autêntico com controle do estado sobre as instituições escolares, e uma educação em massa, direcionada à todos, meninos e meninas. Claro que o ensino ainda era diferenciado para ambos, classes de meninas foram criadas e somente professoras poderiam lecionar, tinham aulas de leitura, escrita, doutrina cristã, noções de matemática e o considerado o mais importante, as prendas domésticas. Apesar de instruída a mulher, acima de tudo, deveria deter condições morais e cristãs para constituir família, cuidar de seu marido e criar seus filhos, ou seja a educação feminina ainda era nitidamente voltada ao casamento. Desta forma no reinado de Pedro I deram-se os primeiros passos na instrução pública no país, as escolas foram abertas às mulheres, o que não quer dizer que o preconceito e a subjugação terminaram, muito pelo contrário, um novo mecanismo de opressão vislumbrava no ensino a caracterização da mulher de família, esposa e mãe dedicada.

Com a saída de Dom Pedro I do trono rumo à Portugal, e a pouca idade de seu filho iniciou-se no país a avalanche de regências que durou de 1831 até 1840.

Os anos de regências são considerados os de maior agitação política no país, uma vez que o intuito regencial era conter o avanço político dos exaltados, que viam na ausência do Imperador um bom momento para a tomada do poder. Neste período a escola já era vista como regeneradora da sociedade, acreditava-se que só pela instrução poderia-se atingir os estágios mais elevados de civilidade, outra forma de conter os ânimos que se agitavam na luta por direitos constitucionais. Para as mulheres pouca coisa mudava além do direito ao ensino básico reconhecido por lei, por sua natureza irracional deveria aprender virtudes e regras de conduta, estigmatizava-se a dependência feminina e sua semelhança com a natureza. É também no período regencial que se cria a primeira escola secundária do país, o Colégio Pedro II que só recebia meninos da elite. Os fatos falam por si, apesar dos avanços em relação à educação em massa e aos direitos da mulher, o período regencial não fez muito além do esperado, a perpetuação da situação política e social vigente.

O segundo reinado durou de 1840 a 1889 com a Proclamação da República, e é este o período que mais nos interessa neste trabalho, o século XIX. Dom Pedro II ao contrário de seu pai, teve uma formação estadista, voltada para um chefe de estado, tendo como tutor José Bonifácio (conhecido estadista brasileiro). Desde pequeno havia sido criado em uma disciplina militar digna de um futuro rei, e estava sendo construído por seus mentores para ser uma pessoa honesta, disciplinada e constitucionalista ao extremo. Tinha a seu favor o café que ajudava a reerguer a economia do país, e começava a contar com maiores recursos bélicos e financeiros. Dom Pedro II e seus contemporâneos

assistiram o florescer de uma época que mudaria os hábitos e costumes de toda a população mundial. A chegada da navegação e da rede ferroviária aceleravam o processo de industrialização, que junto à crise no sistema escravista aumentava drasticamente o volume de imigração ao país. Iniciado nos idos de 1850 por iniciativa privada com regime de parceria (ou servidão disfarçada), passou a ser bancado pelo governo brasileiro em 1870, que direcionava esses imigrantes para as fazendas de café do Vale do Paraíba, na busca de suprir a mão de obra escrava. Era o nascimento de uma classe operária que enchia também as cidades. Famílias inteiras queriam descobrir no Brasil a terra da prosperidade, homens com suas esposas e filhos chegavam para miscigenar mais ainda nossa cultura e trazer hábitos que ajudariam na formação do que conhecemos hoje como Brasil.

Já para fins do século XIX, a monarquia vigente tentava se manter no poder às custas da figura do imperador, mas este já não se agüentava mais. No sentido de valorização das instituições, Dom Pedro II foi crucial, além da constituição o imperador defendia a liberdade de imprensa, conta-se de seu reinado um grande fluxo de caricaturas e charges sobre o governo e a situação política do país. Mas, ao contrário de seu pai, não fazia política, ou seja, não construía bases de sustentação para a continuação de seu governo, Dom Pedro II havia se desinteressado pelo terceiro reinado, para ele bastava que governasse de maneira honesta e com respeito ao dinheiro público. Era fato, os tempos monárquicos no Brasil estavam se esgotando e o sonho de um Império além mar, cada vez mais distante para Portugal.

As descobertas da ciência em formação ajudavam na elaboração de uma nova sociedade, a máquina à vapor dava um novo impulso à industrialização e a nascente cultura urbana recheava-se de influências moralizantes. Uma profusão de tratados e códigos de comportamento se lançavam na sociedade, era a época de Vitória, a Rainha burguesa à favor da nova ordem, onde homens e mulheres tinham seus papéis definidos dentro e fora de casa. Consolidava-se o poder da burguesia e da ética puritana, tendo a cidade como local sexuado. Era a privatização das relações conjugais, com a individualidade como fator central. A velha aristocracia lutava contra a burguesia, defendendo que mais do que dinheiro, era necessário status e linhagem para ascender socialmente, mas os novos rumos da sociedade mostravam justamente o contrário, a industrialização pedia cada vez mais dinheiro, e para uma vida recheada de luxo este era indispensável. Os homens ocupavam os novos campos de trabalho que iam surgindo nas fabricas, e os postos antes ocupados por eles ficavam abertos às mulheres. Era a criação de um apaziguador de ânimos que já se exaltavam em busca de maior independência para as mulheres, uma forma de incluí-las no mercado de trabalho e ao mesmo tempo controla-las de perto.

A sociedade se transformava rapidamente, os hábitos se diferenciavam, a economia não era mais a mesma, e a abertura do espaço publico para as mulheres abria espaço para novas formas de relações sociais. As pessoas começavam a vislumbrar um novo estilo de governo que não a monarquia, um governo em que o povo supostamente teria mais influência. A imprensa da

época não perdia tempo, a favor da mudança muitas vezes forjava imagens da República e da Monarquia. Opiniões sobre a conturbada sucessão ao trono fervilhavam e suposições sobre um possível terceiro reinado tomavam as páginas dos jornais. Estes não poupavam declarações, neles Isabel aparecia como católica fervorosa, conservadora, que queria a continuação de um estado submisso à Igreja, à quem mandava todo o dinheiro necessário para a compra de um lote no céu. Já, Pedro Augusto, primogênito de Leopoldina e pretense sucessor do avô, aparecia como pouco preparado e imaturo. Neste contexto, as agitações republicanas tomavam forma e com o vazio deixado pela doença do monarca, tomar o poder não seria tão difícil. As conspirações corriam soltas e a monarquia se via cada vez mais isolada. O movimento republicano ganhava força, e através do jornal “A República” colocava questões a serem resolvidas como as diferenças entre as raças. Do Exército saíam as primeiras manifestações, apoiadas principalmente no positivismo, e a idéia de República reforçava-se cada vez mais entre os cidadãos.

Na manhã do dia 15 de novembro, aproximadamente quinhentos homens armados se dirigiam ao Campo de Santana onde ficava o quartel-general. A transição do Império para a República havia sido feita de forma lenta e cuidadosa, era a elite mais uma vez escolhendo os rumos do país. Os jornais se orgulhavam disto registrando a passividade com que o povo brasileiro assistira à ascensão republicana ao poder, segundo o jornal “Diário Popular” o povo tinha assistido ao espetáculo bestializado. É o que diz também José Murilo de Carvalho em seu livro “Os Bestializados”, neste o autor defende que a

ideologia republicana saía do seio da elite, e ressalta a nula participação popular no processo de transição de governo no país em fins do século XIX. Na República nascente a mulher teria um importante papel, o de mãe e esposa dedicada. Era necessário levar ao povo a idéia de República, mas não de qualquer forma, afinal era preciso inculcar no cidadão o sentimento cívico, e para isso símbolos, mitos e alegorias foram utilizados. Apoiados principalmente na experiência francesa e no positivismo, o slogan “Ordem e Progresso” por exemplo não poderia chegar em melhor hora. A bandeira nacional verde e amarela tal qual conhecemos hoje e quadros de heróis republicanos pintados por artistas positivistas como Décio Villares ganham espaço no meio artístico. Além, claro, da preocupação com a educação que deveria formar almas brasileiras na busca de ética e cívica, demonstrando aos futuros cidadãos a República como protetora da nação.

A chegada de uma nova alegoria estatal animava os ânimos daqueles que acreditavam no regime presidencialista, mas no caso específico do Brasil nada mudou radicalmente nessa transição. A elite cafeeira e urbana continuavam no poder, o país ainda era firmado sobre idéias européias e moralizantes, ou seja, nada mudara verdadeiramente para o povo. Reformas nacionais na educação foram feitas pela elite, baseadas na tradição iluminista e positivista, acreditavam que esta poderia transformar todo um povo através da escola. Esperava-se construir nos trópicos a estrutura já existente no continente europeu. Neste meio as mulheres tinham dado o primeiro passo em direção a maior autonomia e participação nos movimentos políticos e sociais. Percebia-

se entre elas um meio termo entre proibido e legal, entre Eva e Maria. A mulher aparecia como a junção de duas esferas diferentes, a natural que seria a maternidade, e a social que era a profissão docente, entre o doméstico e o público. A profissão docente como cruzamento de duas esferas até então totalmente distanciadas, e que agora se ligavam a partir da idéia de que uma mãe educa seus filhos ternamente e por isso está apta a ensinar crianças.

Desta forma o Brasil se moldou de forma sistemática e excludente, sempre rodeado de boas intenções o povo ainda se encontra excluído das várias formas de poder, o Brasil se criou como um país de poucos, com uma ideologia dominante que não admite qualquer tipo de mudança no sistema vigente. Apesar de vivermos sob a égide da democracia, esta não se faz chegar a todos, ainda assistimos impassíveis à violações de direitos humanos como se o problema não nos dissesse respeito, os problemas atuais são reflexos de nossa história, de nossa falta de mobilização e enfrentamento à realidade do país. Não há como negar, um povo que não conhece com sua história, não reconhece seu presente e sequer almeja um futuro.

V. Educação para meninas no Brasil

É difícil discorrer sobre um assunto que há muito tem estado em pauta em todo o país e ainda se encontra como um problema para população. A educação que a princípio deveria ser estendida a todos, não se faz valer. A vontade de um país de todos, onde pessoas seriam instruídas para um bem geral não aconteceu. Nossos antepassados construíram uma sociedade, em que ainda hoje negros e mulheres encontram dificuldades de se afirmar como cidadãos ativos do processo. Uma sociedade, cheia de preconceitos, a educação que encontram o importante papel resignador e estabilizante. Buscando as raízes do problema nos chocamos com o eterno retorno, apesar de algumas mudanças podemos vislumbrar no passado características marcantes do que conhecemos hoje.

No século XVI acreditava-se que a educação feminina era desnecessária, estas deveriam se manter com pouca instrução para que a supremacia masculina continuasse em pauta. A primeira reivindicação de educação feminina partiu dos índios, que viam em suas mulheres, companheiras e não escravas, e por isso mesmo deviam ter acesso à educação jesuítica assim como os homens. Um pedido de educação para as índias foi enviado então à Dona Catarina, que sem mais delongas nega a proposta, para a Rainha de Portugal não era lógico que índias recebessem educação quando nem as mulheres européias tinham acesso à esta. Além das índias nativas, nos primeiros anos de colonização havia em nosso país poucas mulheres, as que aportavam nas novas terras eram

enviadas a colônia em busca da reprodução do padrão étnico europeu, a miscigenação já era vista com maus olhos. A educação não estava entre as prioridades daquele momento, o necessário era a perpetuação do que já era comum no continente europeu, o núcleo familiar. A única forma de educação conhecida nesta época era a jesuítica, esta era direcionada aos homens e tinha um fundo muito mais evangelizador do que educacional. Para as mulheres educação estava ainda fora de questão, estas tinham assim duas saídas, ou casavam-se com os homens de cristo ou diretamente com cristo. Tornar-se freira no século XVI além de ponte para conhecimento era uma forma de ascensão social, meninas da elite ainda jovens eram mandadas aos conventos para aulas de corte, costura e doutrina cristã. Os conventos, ou recolhimentos em fins do século já ganhavam um caráter educativo, locais para abrigar meninas e ajudá-las em sua formação.

No Brasil a educação sempre foi privilégio de poucos, baseada em um modelo europeu era acessível só aos meninos, nada muito estranho em se tratando de uma sociedade marcada pelo surgimento do “indivíduo” e da “privacidade”. A situação educacional feminina esteve estacionada durante muito tempo, o que não quer dizer que as mulheres não se movimentavam em busca de instrução. Algumas exceções existiam, como as meninas da elite que tinham aulas em casa com preceptoras (em sua grande maioria mulheres) com quem aprendiam noções básicas de português e matemática além do considerado fundamental para qualquer mãe de família: bordar, coser e cozinhar. Tem-se notícia que já em 1813 no Brasil, a senhora Catarina Jacob construiu um local para educar as

meninas da elite, era a chamada “Academia de Instrução para as Meninas”. Isto demonstra que fatos isolados ocorriam em busca de maiores oportunidades de aprendizado para garotas, assim como a primeira Constituição do Império que em 1824 assegurava ao “povo” seus direitos civis e políticos. Mas o então denominado “povo” se constituía apenas dos brasileiros brancos com renda maior do que cem mil réis anuais, assim mais da metade da população se via excluída do direito de ser cidadão. Dentre as exceções algumas congregações e ordens religiosas recebiam meninas, este fato pode explicar o que era aprendido durante as aulas, nelas as alunas aprendiam a ser esposa, mãe e dona de casa, um lugar de preparação para a vida de casada e para explicá-las leis morais da sociedade. Mais do que instruída a mulher deveria ser educada para a formação de seu caráter e de sua moral, passeios pelas ruas da cidade só se fosse até a Igreja acompanhada de um ama ou de seu marido.

Conta-se de 1827 a “Primeira Lei de Ensino” que cita a educação primária escolar. As mulheres passaram a vislumbrar um horizonte que antes lhes era vetado: o espaço público. Na escola aprendiam português e matemática, desenvolviam habilidades artísticas e manuais, e eram preparadas para o casamento. Ser mãe e esposa estava nos planos da maioria das mulheres no século XIX. Mas havia quem não visse com bons olhos essa conquista, a Igreja Católica por exemplo via problemas na emancipação feminina, afinal se a mulher ficasse fora de casa quem iria cuidar dos filhos? O cuidado com a casa era fundamental e a procriação um dever. Assistia-se à valorização da

paternidade e da masculinidade, oposto de tudo que estivesse ligado à feminilidade. Feminilidade esta forjada por ideais europeus, e cristãos, na qual mulheres eram comparadas à Virgem Maria e idealizadas como puras e santas. Deveriam ter atributos como pureza, doçura e generosidade, um ar maternal e delicado assim como a santa católica, e acima de tudo zelar pela moral e bons costumes. Algumas profissões como a de lavadeiras e parteiras já eram exercidas por mulheres desde tempos primórdios, muitas herdavam a profissão de mães e avós, e participavam da esfera pública sem medo, como as comerciantes. Assim nem todas as mulheres passavam a vida esperando por um marido, como exemplo as que mesmo sob pseudônimos apareciam no início do século escrevendo romances de folhetim para jornais. Excluídas do processo de criação cultural e sem acesso à educação, algumas mulheres brasileiras ainda no início do século XIX, já demonstravam sua vontade de mudar o futuro, um bom exemplo disso é o manifesto assinado em 1823 por 120 mulheres paraibanas apoiando a independência do país. Manter a ignorância feminina era um ciclo vicioso, afinal a falta de instrução significava a exclusão do espaço público, e justamente por estar fora deste as mulheres não tinham acesso à instrução.

Muitas reformas educacionais foram feitas durante o século, passando a educação das mãos da Igreja para o Estado, que se laicizava cada dia mais. Nas escolas, classes femininas eram abertas e só professoras mulheres poderiam lecionar, assim o ensino era distinto para meninos e meninas, os meninos eram iniciados na vida pública e as meninas preparadas para o

casamento. Com turmas femininas abertas nos colégios, as meninas estudavam em dias alternados ao dos meninos e tinham o currículo diferenciado, para os meninos mais geometria e para as meninas mais bordado e costura.

O fato dos republicanos apoiarem uma educação voltada para a massa pode explicar muita coisa, afinal era o nascimento de uma nova forma de governo e a população devia estar preparada de forma a não atrapalhar as manobras governamentais que estavam por vir. Assim como atualmente a educação foi utilizada como manobra política para abafar maiores manifestações. Neste contexto os imigrantes que aqui chegaram ajudaram e muito nas mudanças pela instrução pública no país, já conheciam o poder da educação como emancipadora, e por isso defendiam também o direito global à educação. No início do século XX, quando as mulheres já eram maioria no magistério nos grupos escolares, ética e cívica foram inseridas no currículo junto a um novo regulamento escolar que, entre outras coisas incluía a vacinação obrigatória dos alunos pelos professores. Mesmos professores que, eram admitidos nas escolas por sua higiene, boa aparência e idoneidade moral, e que além de lecionar, escolhiam a mobília escolar para melhor desempenho do aluno. Os homens já estavam direcionados às fábricas e as mulheres agora tomavam parte dos colégios, ganhando menos que os homens é claro, as mulheres se viram mais uma vez entranhadas nas teias do poder. O salário não era a mesma coisa, e os direitos trabalhistas só foram chegar em meados do século XX. Dessa forma pode-se entender a baixa remuneração docente como mais uma forma de controle e manutenção do status de complementaridade do

trabalho feminino ao masculino. Entende-se então que o trabalho feminino encontrou-se como mais uma forma de controle, que só vai terminar quando as mulheres se virem como seres capazes de mudar seu próprio futuro.

Os primeiros cursos secundários que abriram as portas às mulheres foram As Escolas Normais, não equivalentes ao ensino superior, mas muito freqüentados por mulheres. No Brasil a abertura das primeiras Escolas Normais nos idos de 1830 parecia uma luz no fim do túnel para aquelas que buscavam uma profissão. As preceptoras que antes davam aulas particulares às meninas da elite, agora buscavam formação porque os pais das alunas passaram a exigí-las. É nesta época também que o mercado de trabalho se abria, a industrialização e o crescimento econômico necessitavam de muitas pessoas nas fábricas, e os homens se direcionavam a elas deixando vagos os cargos antes ocupados. A imigração e o crescimento da classe média também ajudaram neste processo, afinal para o sustento do luxo em que vivíamos os emergentes era necessário que as mulheres também trabalhassem. Atributos como missão, vocação e doação foram direcionados à profissão docente, desta forma ligando maternidade e trabalho, encontrando o local apropriado para exercer seu papel de mãe. A profissão passava a ser vista como prolongamento da casa, e a escola como prolongamento da educação familiar. Além disso pode-se considerar que a feminização do magistério agiu como mais uma forma de controle do Estado sobre a vida dos cidadãos, uma vez que era este que tinha o controle sobre todo o dia-a-dia escolar, definindo conteúdos e níveis de ensino, horários, livros e salários. Em uma época onde a divisão

entre homem/mulher e público/privado era clara a professora era vista como resultado do cruzamento das duas esferas, era uma profissão aceitável pois era envolta de uma áurea de doação e nobreza, apesar de longe dos olhos do marido. Uma forma amena de acalmar os ânimos femininos que já se exaltavam em busca de direitos, o magistério abria espaço para as mulheres até onde isso não prejudicasse seu papel de mãe e esposa, era uma boa escolha afinal era um lugar onde as mulheres poderiam ainda ser vigiadas e controladas.

Já em fins do século o magistério se torna predominantemente feminino, e como resultado disso a formação docente também. O cotidiano da escola era planejado e controlado, a arquitetura sugeria um juízo de valores, assim como todo o espaço interno que pregava ordem e disciplina. Ao longo dos anos o currículo da Escola Normal se modificava para ordenar e regular os sujeitos, se fechando para o mundo e tentando demonstrar às alunas que a discussão e a polêmica eram contra a natureza feminina. Neste sentido define Guacira Lopes

Louro:

“Se havia uma representação da mulher como um ser frágil e propenso aos sentimentos, seria preciso prover a mulher professora de alguns recursos que lhe permitissem controlar seus sentimentos e exercer a autoridade em sua sala de aula. Ela deveria ser disciplinadora de seus alunos e alunas e, para tanto, precisava ter disciplinado a si mesma. Seus gestos deveriam ser contidos, seus olhos precisaria impor autoridade. Ela precisaria ter controle da classe, considerado um indicador de eficiência ou de sucesso na função docente até nossos dias.”¹

É importante lembrar que apesar das professoras tomarem conta dos cargos docentes, a diretoria e todos os cargos superiores eram integrados por homens. Existiam premiações para estudantes e professores que seguissem às regras

¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das*

impostas, ligando moral e religião católica, a disciplinarização da escola era auto-regulada, para que a instituição fizesse parte das pessoas inseridas nela, e para que estas ao saírem levassem o que tinham apreendido para a sociedade.

Se o acesso ao ensino primário já foi uma luta, imagine o ingresso às universidades. Séculos se passaram até termos notícia de uma mulher graduada. O acesso às universidades só aconteceu no século XX, e nem todos os cursos eram abertos à elas. Alguns em pouco tempo se direcionavam às mulheres, como a enfermagem que sempre esteve rodeada de um caráter donativo e missionário. Assim como a docência a enfermagem era vista como caridade. A economia capitalista inseria as mulheres no mercado de trabalho, estas incorporam-se às profissões modernas, e espaços como os de secretária e datilógrafa abriam-se para elas. Espaços que colocavam-nas no que a sociedade acreditava ser o seu devido lugar, postos secundários supervisionados pelos verdadeiros donos da razão, os homens. Muitos caminhos foram abertos nesta direção, atualmente mulheres ocupam lideranças em empresas e negócios. Nos anos 60 a luta pela liberação sexual ajudou na quebra de tabus que consideravam a mulher inapta para trabalhos como a engenharia, mas áreas como a militar, a política e a religiosa ainda estão pouco receptivas ao ingresso feminino. É difícil entender porque a maioria das lideranças religiosas é ocupada por homens, ou porque comumente não vemos mulheres como chefes de exército ou de distritos policiais. Concluindo por fim que, é impossível não lembrar da luta de homens e mulheres que lutaram durante séculos por uma sociedade menos desigual e

segmentada, mas também não é possível esquecer que ultimamente algumas pessoas também não ajudam a acabar com este estigma. O que vemos atualmente são as ruínas de uma luta feminina que começou há muito tempo e que encontra seu trágico fim (como já citado) na moda da cintura fina e do nariz arrebitado. Apesar da entrada no mercado de trabalho e de sua rápida ascensão, o que assistimos atualmente é a desvalorização da mulher de uma forma mascarada, afinal, que adolescente criada na era da informática não sonha em aparecer na telinha para milhões de brasileiros. A educação feminina parou de ser vista como emancipatória desde que arrancar a roupa para uma revista garantiria uma fortuna para sustento eterno. Claro que generalizações não são construtivas, e que para um bilhão de mulheres acerebradas existem cem que ainda acreditam na luta e no valor da mulher moderna. E são nestas cidadãs que temos que nos espelhar, tentando cada vez mais abrir espaço e caminho para a inteligência da mulher brasileira, deixando de lado a hipocrisia e a vulgaridade imposta pelos que subjagam o chamado por Beauvoir de o segundo sexo.

VI. O ideário republicano

A pouca preocupação com a instrução das classes populares e a falta de preparação dos professores, é um problema secular de nosso país, e isto colocou as escolas como locais indiferentes para a população em geral. As reformas nacionais na educação com início no século XVIII, foram feitas e direcionadas à elite, e poucas vezes chegaram a atingir a população de baixa renda. Embora muitas fossem realizadas, poucas se mostraram de real utilidade, e a maioria não trouxe contribuição para a democratização do ensino no país, fazendo com que o número de analfabetos crescesse juntamente ao avanço populacional. Em fins do século XIX a educação começa a dar seus primeiros passos, pós 1870 o número de reformas educacionais aumentou substancialmente, entre estas a que estendia a instrução pública aos alunos não católicos. Mas as escolas ainda eram poucas e as existentes não tinham condições físicas e muito menos intelectuais de funcionamento, durante o governo imperial a educação se mostrou ineficiente e fragmentada.

Os fins dos tempos imperiais no Brasil foram por si só desastrosos, quando a política já estava frágil e a economia decadente, a doença do monarca fortificava desavenças entre aliados e criava brechas para a aparição da oposição. Um projeto audacioso era traçado para o país, grande parte de políticos e intelectuais da época apoiavam o movimento republicano. Baseados no iluminismo e no positivismo de Comte, colocavam questões como a diferença de raças e o privilégio da elite, mas não tocavam em pontos

que poderiam de certa forma prejudicar a ordem social vigente, a desigualdade social por exemplo não era colocada em pauta. A tendência científica do positivismo retira o ensino religioso das escolas, dando importantes passos para a total laicização do ensino público, e coloca em seu lugar a matéria “moral e cívica” principal alicerce da formação dos novos cidadãos.

Marcada pelo modelo europeu a educação para os republicanos deveria estar ligada à criação de uma identidade nacional, considerada quesito importante para o avanço e modernização do país. Era vista como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral para se alcançar o progresso nacional. Os republicanos vislumbravam na escola o emblema da transformação para a sociedade, com bases reforçadas no iluminismo esta serviria como um local para instruir e civilizar e deveria estender-se a todos os cidadãos. Mas o que era considerado cidadão em uma época onde homens eram escravizados por sua cor, e mulheres por sua natureza inferior. Havia uma massa enorme de analfabetos, e era justamente contra isso que o novo governo iria lutar. Era preciso educar os pobres de forma que estes ficassem satisfeitos e não se rebelassem contra o governo, era um jogo perigoso pois a instrução da classe baixa poderia afetar diretamente aos poderosos do país. A confiança no papel educacional pretendia tirar o homem da ignorância de forma a tê-lo como braço para a construção da riqueza e do progresso do país.

Assim, uma forma que fosse boa para os dois lados foi lançada, deveria-se inculcar no cidadão o sentimento nacional, o civismo e a cidadania, provando-os o poder regenerador da educação. Para isso aulas sobre a constituição

estadual e federal aconteciam na busca de aumentar o patriotismo das crianças. A educação formal se via cheia de regras e recebia um novo regulamento de exigências, entre elas a vacinação obrigatória e a idoneidade moral do professor. Absurdo? Não, muito pelo contrário totalmente plausível, afinal eram eles, os professores, os formadores da moral dos alunos. Eram eles ainda incumbidos de escolher a mobília para o melhor desempenho escolar. E para ter a certeza de que tudo estava nos conformes, existia a censura de livros! Isso mesmo, não era qualquer livro que podia circular e ser lido pelos alunos, mas sim os livros que o regulamento federal escolhia.

A criação da Escola Normal no Brasil foi resultado da expectativa criada na educação moral dos alunos. Para uma boa escola professores mais instruídos se faziam necessários, era preciso prepará-los para que pudessem passar aos alunos a educação formadora de cidadãos. Desta forma a Escola Normal no Brasil passa pela chamada “Renovação Pedagógica”, que tinha como maior objetivo a profissionalização do curso normal, mas não diferente da esfera educacional exigia dos alunos ingressantes bom histórico de conduta moral. Era o momento da constituição de um corpo de professores laicos, que deveriam levar aos alunos além de conteúdos instrutivos, a difusão da ética moral tão perseguida pelos republicanos como formadora de caráter.

Os primeiros anos de República não foram muito rendosos, a falta de recursos e o descaso do Estado fazia com que os acontecimentos importantes ocorressem a nível regional e local. O Governo havia passado para as províncias as rédeas do ensino primário, e estas buscavam melhorias com

reformas na infra-estrutura geral da escola, na arquitetura melhoravam a ventilação, a higiene e até a mobília escolar. A exigência de vacinação de todos os membros incluindo professores e alunos era feita seguindo as normas de higienização da nova sociedade. Os professores deveriam se dedicar exclusivamente à docência, além de seguir as regras da sociedade, tendo um bom histórico de relacionamentos e aceitação moral. Regulamentos que envolviam desde a administração e organização escolar eram discutidos, princípios gerais foram colocados em pauta. Até os dez anos os alunos poderiam freqüentar aulas mistas, depois dessa idade salas separadas e professores do mesmo sexo dos alunos. Apesar da tentativa de melhoria, muitas vezes Estados e Município dirigiam-se a caminhos opostos, a falta de diálogo entre os poderes fazia com que muitas escolas fechassem, e a situação da instrução pública se tornasse cada vez mais crítica.

Percebe-se assim que a República brasileira não se estendeu a todos os cidadãos como propunham seus simpatizantes. Leis e regras decidiam o que devia ou não ser passado à população, os republicanos construía a sociedade à seus moldes onde idéias e ideais eram forjados, trazendo a modernização da forma que entendiam. Esta por sua vez chegava com novidades que aumentavam ainda mais a disparidade entre as pessoas, os ricos cada vez mais ricos e os pobres buscando uma forma de sobreviver.

VII. Conclusões

A pesquisa sobre o século XIX nos mostrou que este se constituiu como um momento de mudanças sociais e estruturais. O chamado século burguês trouxe o modelo no qual nos apoiamos para construir o que hoje conhecemos como sociedade. Urbanização, navegação à vapor, rede ferroviária, crise no sistema escravista, nascimento do operariado urbano e alto crescimento populacional, tudo acontecendo num ritmo acelerado. As descobertas da ciência em formação davam bases à nascente cultura urbana, nascia a rede elétrica e a de esgoto que junto à privatização da intimidade traduziam o nascimento de uma nova sociedade baseada no individualismo. A chegada dessa nova ordem separava o público do privado e se via recheada de influências européias. Uma profusão de códigos de comportamento se lançavam na sociedade e a família burguesa se fechava cada vez mais forjando-se uma idéia de privacidade. Era a sistematização do comportamento de corte, onde deviam aprender nos livros como se comportar, seguindo as regras que formariam todas as mulheres da sociedade. Relacionando a bibliografia lida sobre o século XIX na Europa e deste mesmo século no Brasil, percebe-se uma continuidade no padrão de comportamento, o rural patriarcal ficava para trás no Brasil, assim como na Europa ficava a aristocracia. A educação caminhava nesta mesma direção, no Brasil era baseada em um modelo europeu e conseqüentemente era acessível só aos meninos, nada muito estranho em se tratando de uma sociedade marcada pelo surgimento do “indivíduo” e da “privacidade”.

Com o acesso à educação garantido na Primeira Lei de Ensino, as mulheres

passam a vislumbrar um horizonte que antes lhes era vetado: o espaço público. Na escola aprendiam português e matemática, desenvolviam habilidades artísticas e manuais, e eram preparadas para o casamento, ser mãe e esposa estava nos planos da maioria das mulheres no século XIX. Assistia-se à valorização da paternidade e da masculinidade, oposto de tudo que estivesse ligado à feminilidade. Feminilidade esta forjada por ideais europeus, moralistas e cristãos, em que mulheres eram comparadas à Virgem Maria e idealizadas no imaginário católico como puras e santas. Algumas mulheres participavam do espaço público há tempos, muitas herdavam a profissão de mães e avós e participavam da esfera pública sem medo, como as lavadeiras e as comerciantes.

O objetivo deste projeto foi então analisar e ressaltar a importância da educação feminina durante a primeira República, como ela se enquadra no ideário republicano e como esta pode ser vista como resultado do aburguesamento da sociedade. Desta forma percebemos que a mulher foi inserida no processo educacional de forma a sempre estar sob a égide do Estado e consequentemente dos homens. Inicialmente aparecendo como coadjuvante no processo de formação da sociedade, mas sempre lutando por maior espaço seja trabalhando no mercado informal, ou inserindo-se no progresso educacional. O fato de os republicanos apoiarem uma educação voltada para as mulheres demonstra que uma nova sociedade estava nascendo e que para isso todos os cidadãos deveriam estar preparados. Todos deveriam focar-se em um só objetivo, a construção de um novo país. Baseado em um

modelo centralista, percebe-se que a República brasileira não se estendeu a todos os cidadãos como propunha parte de seus simpatizantes, leis e regras decidiam o que devia ou não ser passado à população, os republicanos construía a sociedade à seus moldes onde idéias e ideais eram forjados, trazendo a modernização da forma que entendiam, deixando cada um em seu devido lugar, sem muitas mudanças no sistema social em vigência.

VIII. Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (64), 1988.p.4-13

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 13ª reimpressão, 2003.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In.: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloisa (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CLARK, Jorge Uilson. *A primeira república, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano: 1889-1930*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html Acesso em: 01/06/2007.

CUNHA, Maria Amália de A. *A percepção de gênero na construção do trabalho docente- breve genealogia do magistério primário no Brasil*. In Figueiredo, A. **Professor, profissão em três tempos: gênero, saúde e saber docente**. Editora UFOP, 2006, pp.143-156.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle (orgs.). *Historia das mulheres no ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991. (5 volumes).

GASPARI, Leni Frentim. A educação da mulher brasileira e sua postura no espaço público e privado. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br> Acesso em 20/06/2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HILSDORF, Maria Lucia. A escola brasileira no Império. In: *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. As iniciativas dos republicanos. In: *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na primeira república. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html

Acesso em: 05/06/2007.

MAYEUR, Françoise. A Educação das raparigas. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. Op. Cit. 1991.

MILLOT, Catherine. Freud Antipedagogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In.: VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Literatura e História- Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. Disponível em: http://www.anped.br_Revista_brasileira_de_educacao-nº0. Acesso em:06/06/2007.

NETO, Wenceslau Gonçalves & CARVALHO, Carlos Henrique. O nascimento da Educação Republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: JUNIOR, Décio Gatti & FILHO, Geraldo Inácio(Org.). *História da educação em perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas (SP)/Uberlândia (MG): Autores Associados/EDUFU, 2005.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: SOUZA, Laura de Mello. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In.: LOPES, Eliane.(org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. “Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica”. In.: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v.27, n.1, p.47-68,2001.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, dez. 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A república não pode mais esperar a morte do velho imperador. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras,1999.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter(org.). *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Vol. 1. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). In: *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves & CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. In.: VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p.205-224.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre–escola e a professora. In.: LOPES, Eliane (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.